

## PRÁTICAS EDUCATIVAS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristiane Feitoza Dantas<sup>1</sup>

Marizete Lucini<sup>2</sup>

### GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

#### RESUMO

A Lei nº 10.639 de 2003 completou vinte anos de existência, mas sua implementação ainda não se constituiu como ação efetiva em muitas escolas e universidades brasileiras, o que nos mobiliza para discutir algumas práticas educativas aplicadas em escolas com o propósito de formar cidadãos e cidadãs para a vivência da diversidade étnica, para a desconstrução do racismo e do preconceito. As reflexões aqui desenvolvidas estão ancoradas na abordagem da pesquisa qualitativa em educação, do tipo bibliográfica. Os resultados da discussão empreendida apontam para a necessidade do reconhecimento e aplicação da supramencionada Lei, dentro e fora da escola, bem como para mudança das narrativas eurocêntricas com a utilização de métodos decoloniais.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação para relações étnico-raciais. Práticas educativas antirracistas.

#### ABSTRACT

Law nº. 10.639 of 2003 completed twenty years of existence, but its implementation has not yet constituted an effective action in many Brazilian schools and universities, which mobilizes us to discuss some educational practices applied in schools with the purpose of forming citizens for the experience of ethnic diversity, for deconstruction of racism and prejudice. The reflections developed here are anchored in the approach of qualitative research in education, of the bibliographic type. The results of the discussion point to the need for the recognition and application of the aforementioned Law, inside and outside the school, as well as to change Eurocentric narratives with the use of decolonial methods.

**Keywords:** Racism. Education for ethnic-racial relations. Anti-racist educational practices.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação - Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED)/ Universidade Federal de Sergipe (UFS); Técnico-administrativa da UFS; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3286-5423>. E-mail: [cristianefeitos@gmail.com](mailto:cristianefeitos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Campinas; professora na Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História; Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade/UFS/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1532-8968>; E-mail: [marizete@academico.ufs.br](mailto:marizete@academico.ufs.br).

## INTRODUÇÃO

Na experiência infantil e vivência escolar, a diversidade pode ser compreendida por meio da literatura como um procedimento metodológico para a Educação das Relações Étnico-Raciais, pois entendemos que o vínculo entre escola e literatura pode contribuir para assegurar espaços que valorizem e orientem o convívio com as diferenças para compreensão da realidade vivenciada. A voz da criança deve ser ouvida, assim como seu conhecimento deve ser valorizado, uma vez que “a criança é um sujeito que produz cultura e por ela é produzida” (Nascimento; Pereira, 2017, p. 7). Nesta acepção, a escola é o local onde o senso comum é o ponto de partida para o diálogo com o conhecimento científico, com o intuito de compreensão do racismo, sem simplificá-lo a uma questão trivial ou inexistente, sem silenciá-lo (Santos; Silva; Gonçalves, 2020).

O racismo prejudica sensivelmente o desenvolvimento do indivíduo durante toda sua vida, porém é na infância que as consequências são mais nocivas, já que é nesta fase que assuntos como auto-ódio, emoções de desprezo por si e de ansiedade se instituem na vida do indivíduo negro. Portanto, vale ressaltar que os efeitos do racismo na saúde da pessoa negra é, simplesmente, mais uma demonstração de sua configuração, pois o racismo é um problema social e político que atravessa toda a organização da sociedade brasileira, na qual as desigualdades de acesso e de possibilidades, infelizmente, inicia-se na infância (Tiburcio, 2021).

Perante o exposto, o questionamento que se faz é: De que forma podemos construir uma sociedade antirracista? Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas práticas educativas aplicadas em escolas com o propósito de formar cidadãos mais conscientes e tolerantes quanto a diversidade étnica. Trata-se de um ensaio teórico, logo foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa e a pesquisa bibliográfica.

## RACISMO NA VIVÊNCIA ESCOLAR

O racismo é uma construção social que estruturalmente afeta a vida das pessoas negras, e o currículo escolar contribui para esse desalento. As interações sociais revelam marcas do racismo nas pessoas negras desde a infância. Por outro lado, as crianças brancas aprendem os significados de ser branco e ser negro por meio de suas experiências pessoais. Por conseguinte,

a escola é “o espaço que pode facilitar a desconstrução da percepção negativa da identidade negra, mas também pode ser reprodutora de racismo por meio de ações e de omissões” (Ponce; Ferrari, 2022, p. 2).

Eliminar o racismo, apostar na reeducação das relações étnico-raciais, dedicar-se à diminuição da desigualdade social não são incumbências exclusivas da escola, pois o êxito na reeducação depende de vários fatores como: condições materiais, intelectuais, físicas e afetivas, oportunas para o ensino e aprendizagem; assim como da tarefa conjunta, da combinação entre políticas públicas, processos educativos escolares e ações dos movimentos sociais, uma vez que transformações éticas, culturais, políticas e pedagógicas nas relações étnico-raciais não se estabelecem apenas nas escolas. Dessa forma, apesar de não ser papel exclusivo da escola, esta possui uma função muito relevante para combater a discriminação, pois possibilita o acesso aos saberes científicos, ao desenvolvimento da racionalidade que administra as relações sociais e raciais, às variadas referências culturais, a entendimentos avançados, essenciais para fortalecimento das nações como locais igualitários e democráticos (Ministério da Educação, 2004).

Questões raciais devem ser tratadas na escola, no seu cotidiano, dado que são questões que demonstram urgência e produzem sofrimento nas crianças. A omissão da escola em demandas raciais apenas confirma a presença de conflitos étnico-raciais em seu ambiente, conflitos verdadeiros e prejudiciais à felicidade das crianças, que experimentam emoções negativas na escola devido a ocorrências de racismos e discriminações. “Enquanto as escolas não se perceberem efetivamente como responsáveis e assumirem o problema, junto com toda a sociedade, o racismo continuará produzindo danos no cotidiano escolar de crianças negras”. Por este motivo, é imprescindível ações de mediações para que crianças muito pequenas não sofram os efeitos perversos do racismo na escola (Moreira-Primo; França, 2020, p.36).

Apesar de preconceitos ainda serem reproduzidos por professores em suas práticas pedagógicas na escola, hoje os estudantes apresentam várias demandas socioculturais, a partir do momento que demonstram suas diferenças na escola, possibilitando a colaboração dos professores na superação de padrões de identidade baseados no modelo eurocêntrico de beleza, valores e ideologia que marcam a vida dos estudantes, pois este modelo idealiza uma identidade estabelecida pela supremacia branca, masculina, heterossexual e cristã (Santos; Silva; Gonçalves, 2020).

Segundo Freire (2018), é imprescindível que haja diálogo com os oprimidos e este deve ser crítico e libertador. Dessa forma, professores podem auxiliar na libertação dos oprimidos, conduzindo o diálogo com as crianças, para que possam desenvolver suas capacidades críticas, refletindo sobre o mundo em que vivem e colocando em prática aprendizados como respeito, empatia e noções de cidadania.

A contribuição de professores que entendam a lógica supremacista branca é muito relevante para que possam transmitir a seus alunos que o mundo é diverso e que eles devem aprender desde cedo a aceitar e respeitar as diferenças, como também pode ser um fundamento essencial na construção da autoestima de alunos negros que tentam camuflar suas origens para serem aceitos nos meios sociais, pois já experenciam uma vida marcada por muitas desigualdades sociais.

## **EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Segundo Ponce e Ferrari (2022), na direção da educação para as relações étnico-raciais são essenciais dois componentes para concepção de currículos escolares que sejam antirracistas, a efetivação de políticas públicas em conformidade ao seu objetivo e o reconhecimento de princípios sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

As escolas possuem papel fundamental na tarefa de desestruturar o pensamento racista e segregacionista secular, derrotando o etnocentrismo europeu, reconstruindo relações étnico-raciais e reformulando processos pedagógicos. Para esse propósito, é essencial que sejam promovidos diálogos com pesquisadores que examinam estas realidades e elaboram recomendações, assim como com equipes do Movimento Negro, existentes em várias cidades nas distintas regiões do país, para superar os desequilíbrios entre o que se compreende e a realidade, para que se assimile pensamentos e comportamentos, uns dos outros, e assim, estruturar um projeto singular de combate ao racismo e a discriminações (Ministério da Educação, 2004).

A Lei 10.639/2003, que introduz a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, é resultado de lutas independentes do Movimento Negro, lutas sociais que constituem a base da educação antirracista, oferecendo significado aos mecanismos legislativos, possibilitando ressignificar as práticas pedagógicas nas escolas pois elaboram e disseminam os

saberes emancipatórios. Desse modo, entendemos que a lei sozinha não possui capacidade de ressignificar a educação, para isso “precisam se articular com os saberes produzidos pelo Movimento Negro, por negros e negras, por indivíduos que sentem, dia a dia, a existência do Racismo e sofrem com as privações vindas do Mito da Democracia Racial” (Sousa et al., 2022, p. 7).

Mesmo tendo leis garantido a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, ainda há muitas escolas em que esta determinação não está sendo implementada nem parcial, nem totalmente. Assim, considerando que a obrigatoriedade atinge a educação de crianças e adolescentes, precisaremos de muito esforço e ações concretas para que nossos jovens e toda sociedade se conscientizem, disseminem a prática do respeito às diferenças e transmitam princípios como convivência com a diversidade, bem como a empatia para todos os cidadãos, inclusive os racistas, que insistem em continuar discriminando e desprezando as pessoas pela cor da sua pele.

Diante disso, a educação das relações étnico-raciais pressupõe o compartilhamento de conhecimentos entre negros e não negros, troca de ideias, ruptura de desconfianças e o planejamento conjunto para formação de uma sociedade justa e igual. Neste processo de reeducação, as dores e os medos gerados precisam ser revelados, para que todos compreendam que alguns tipos de brincadeira fazem emergir dores profundas. Como aponta o Ministério da Educação (2004), para que se possa deliberar sobre que tipo de sociedade será delineada, faz-se necessário a compreensão de que a prosperidade de uns veio do racismo e da desigualdade determinada a outros.

Desse modo, a educação das relações étnico-raciais necessita utilizar pedagogias de combate ao racismo com a finalidade de estimular a consciência negra entre os brancos e consolidá-la entre os negros. Com isso, os brancos poderão compreender e identificar a contribuição e relevância da história e da cultura negras na sua maneira de ser e de conviver com outras pessoas, inclusive as negras. Já os negros poderão disponibilizar informações, experiências e tranquilidade para orgulharem-se da sua ancestralidade africana (Ministério da Educação, 2004).

Neste sentido, a literatura pode ser utilizada na escola para auxiliar a construção do conhecimento. A leitura desperta nas pessoas todos os tipos de sentimentos, todavia, essa leitura precisa ser inclusiva, uma vez que as crianças negras não se veem representadas nos livros que

leem, e ainda está escasso o acesso aos bons livros com assuntos afro-brasileiros às crianças brasileiras. Apesar do definido na Lei nº 10.639/2003, livros que contemplem a história e cultura afro-brasileira existem, mas o problema é que não basta apenas que eles sejam adquiridos pelas escolas, é imprescindível capacitação para os professores poderem discutir contextos que abrangem personagens negros e histórias sobre a cultura afrodescendente, em sala de aula (Cardoso, 2022).

A educação antirracista é uma forma de educação na qual há comprometimento efetivo de definir atividades políticas de mobilização e de conscientização dos procedimentos antirracistas na conjuntura escolar (Sousa et al., 2022). Dessa maneira, a educação antirracista deve ser compreendida como um processo imbricado por inúmeros valores, aspectos, questões legais e fatores socioeconômicos. Para que se desenvolva a educação antirracista no cotidiano escolar é necessário muito esforço entre os variados saberes, práticas, adversidades, opiniões e identidades socioculturais (Santos; Silva; Gonçalves, 2020).

Dito isto, apesar de haver várias obras críticas direcionadas ao público infantil, frequentemente elas são negadas às crianças por abordarem realidades sociais e conflitos existenciais que confrontam a infância e por isso são impedidas de adentrar ao espaço escolar, por serem consideradas inadequadas pela família, escola e até pelo governo. Por outro lado, a maioria das histórias literárias que adentram os muros escolares são as que se referem aos protagonistas que perpetuam as características da branquitude, mantêm o poder, sustentam a exclusão, a ausência de diversidade étnica e a eliminação da representação de personagens indígenas, negras, hispânicas e asiáticas. E quando essas obras são trabalhadas na sala de aula, frequentemente, discutem-se apenas temas transversais solicitados pela escola, como datas comemorativas ou demandas específicas relacionadas à diversidade cultural (Cardoso, 2022).

Esse é um problema agudo no que tange à literatura na escola. O não reconhecimento de que a estética literária leva, muitas vezes, à confusão entre literatura e simples apropriação de uma linguagem figurada, ilustrações chamativas, personagens e situações ficcionais binárias. Não se trata de uma questão fácil; compreender como se constitui um texto literário para crianças e jovens exige formação, estudo e atenção a quem será destinado. Infelizmente, não se pode contar apenas com indicações de editoras e de algumas mídias, já que o sistema mercadológico abrange grande parte do que chega até nós como literatura. O filão das questões étnicas, por exemplo, trouxe uma quantidade imensa de obras, dentre as quais muitas apenas tangenciam a literatura, baseando-se em uma escrita panfletária, maniqueísta e sem margem para o debate (Cardoso, 2022, p. 126).

Neste sentido, as escolas devem fomentar a construção do pensamento crítico, formando cidadãos que aceitem as diferenças e para isso se faz necessário professores com formação continuada ofertada pelo estado, preparados para atuarem na transmissão e na troca dos conhecimentos antirracistas; professores, coordenadores pedagógicos e toda a sociedade atentos aos conteúdos dos livros escolares, que estão sendo adotados nas escolas para que possam promover debates e desenvolver a educação antirracista e aniquilar com a disseminação de conteúdos que estigmatizam os negros.

A educação antirracista deve transmitir a todos, negros e não negros, conhecimentos essenciais para a convivência em sociedade e execução de atividade profissional e, além disso, fundamentos que os habilitem a construir e manter novas relações étnico-raciais. Para atingir esse propósito, torna-se indispensável não apenas a qualificação de professores nas diversas áreas de aprendizagens, mas também, que estes sejam sensíveis e competentes para orientar positivamente as discussões entre indivíduos de pertencimento étnico-racial diversos, retificando com atenção comportamentos, ações e linguagens preconceituosas. Por conseguinte, ressalta-se a necessidade de investimento urgente na qualificação do professor, para além de sua área efetiva de formação. É necessário habilitá-los para que compreendam a relevância dos assuntos pertinentes à diversidade étnico-racial, e, especialmente, para que saibam conviver positivamente com eles, elaborando estratégias pedagógicas para colaborar com a reeducação (Ministério da Educação, 2004).

Fanon (2008, p. 33) confere a linguagem uma relevância essencial e estudá-la possibilita o entendimento da “dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro”. O autor afirma que o comportamento do negro em seu relacionamento com o branco ocorre de maneira diferente do seu comportamento diante de outro negro, o que é resultante direto da aventura colonial. Por conseguinte, o homem que domina a linguagem, domina o mundo que essa linguagem representa e que lhe segue subentendida.

Desse modo, a literatura tem o poder de expor eventuais problemas que as crianças possam estar vivenciando. Algumas histórias que proporcionam às crianças negras se enxergarem como protagonistas podem favorecer à sua autoestima, fortalecer sua identidade e seu autorreconhecimento no mundo. Por conseguinte, essas histórias também contribuem para que a criança que não é negra possa se envolver e aprender sobre a diversidade. Com o objetivo de nutrir a esperança em uma sociedade mais generosa, é fundamental refutar a cultura validada

como modelo. Para isso, faz-se necessário a compreensão de desenvolvimento cultural embasado no reconhecimento do outro e das diversidades de etnia, cultura, gênero, religião, idade e classe social, propiciando uma perspectiva da crítica da experiência (Cardoso, 2022).

## **APLICAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para manutenção das relações de poder foram hierarquizadas as raças, a cultura e a história, inferiorizando os fundamentos identitários do colonizado. Assim, a colonialidade estabelece condutas e maneiras de ser do sujeito, ensina o modelo eurocêntrico de ser, por meio da categoria de pedagogia da colonialidade. A colonialidade hierarquiza os vínculos trabalhistas, enaltece alguns conhecimentos e os valida, bem como prioriza alguns modelos culturais e estéticos, e outras técnicas geralmente impregnadas do discurso do colonizador para diminuir o outro. Deste modo, é legítimo elaborar rotas para remover a colonialidade em uma compreensão decolonial. O pensamento decolonial leva ao entendimento das formas de pensar, viver e se articular que apresentam desconfortos ao mecanismo da colonialidade e evidenciam uma nova configuração, honrando saberes, lugares, práticas de (re)existências, sujeitos e vozes, historicamente, excluídos (Almeida, 2019).

Por isso, é necessário honrar os saberes e os sujeitos excluídos historicamente e romper a barreira da colonialidade, desenvolvendo práticas de fortalecimento da autoestima de milhares de crianças negras que sofrem, todos os dias, nas escolas e em outros ambientes sociais, as consequências de mais de 300 anos de escravidão no Brasil. Dito isto, baseada em pesquisas bibliográficas e em discussões correntes sobre práticas racistas, com o intuito de refutar a cultura eurocêntrica reconhecida como modelo (Cardoso, 2022), apresentamos algumas práticas educativas decolônias para uma educação antirracista.

Concordamos com Freire (2018, p. 121), no que concerne a “metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora”. Logo, os professores podem utilizar a educação libertadora para estimular o desenvolvimento do pensamento e da reflexão nas crianças, para que elas possam compreender que não há hierarquia entre elas (sejam brancas, negras, indígenas, asiáticas...) e que não devem desconsiderar as pessoas, muito menos pela cor da pele, visto que esta não determina o caráter de uma pessoa. Dessa forma, adquirem os

conhecimentos necessários para se posicionar em qualquer outro ambiente que frequentemente, desconstruindo a cultura eurocêntrica.

Almeida (2019) apresenta uma metodologia pedagógica que mostra outras direções para desnaturalizar práticas educativas racistas, resistências que aniquilam a colonialidade e revelam alternativas distintas de (des)construir identidades no cenário marginalizado, com indivíduos que resistem e se organizam para se fortificar enquanto comunidade negra. O sentido de resistência está interligado à concepção de (re)existência e não significa apenas se opor ao que é estabelecido socialmente pela regra, “resistir é (re)inventar modos de existência, é afirmar a vida fissurando o terreno (in)fertilizado pela padronização do ser, que hierarquiza, desumaniza, (in)visibiliza sujeitos”. Logo, (re)existência, do ponto de vista da infância-experiência e do fundamento pedagógico que dá outro significado a vida, exprime condutas simples que enaltecem a formação e apoiam outros modelos de vida (Almeida, 2019, p. 14).

Almeida (2019, p. 14), respaldada por Walsh (2013) e Quijano (2005), denominou de pedagogia de (re)existência a vontade de existência, modificação, concepção e “ética de si mesmo nas fronteiras da colonialidade”. Com a finalidade de reconhecer os conflitos identitários que as crianças sofrem, a autora desenvolveu com as crianças tarefas como a roda de conversa e oficinas de estética, utilizando o diálogo e a comida como estratégia metodológica para dividir com a comunidade o compreendido. Essas estratégias favoreceram o sentimento de pertencimento racial, instruindo o sujeito a ser coletivo, rompendo com a colonialidade que é uma estratégia metodológica da crueldade e fazendo ecoar gritos (mecanismos decoloniais de resistência) carregados de sentimentos e experiências machucadas pelo racismo (Almeida, 2019).

Ferracini (2019), buscando fortalecer novas pesquisas sobre a África, cita algumas práticas educativas antirracistas resultantes da disciplina de pós-graduação “Ensino de Geografia Regional da África e Educação para Relações Étnico-Raciais”: contribuição do museu na luta antirracista; contribuição da comunidade quilombola na construção de identidades; viabilidade de elaborar e refletir uma Didática de Geografia Regional da África no ensino fundamental, por meio do processo de alfabetização cartográfica do continente africano; fortalecimento da negritude mostrando a importância da população negra na cultura brasileira fazendo uso de demonstrações culturais (elaboração de poesias, literatura de cordel, e pinturas embasadas em líderes e militantes negros, assim como a utilização de músicas de cantores negros ou voltadas

para esta temática e alguns pratos típicos da culinária africana) na semana da consciência negra; e apresentação de literatura infantil para construção do caráter étnico da criança.

As práticas educativas citadas por Ferracini (2019) foram aplicadas por seus alunos no exercício da docência e podem ser utilizadas e ampliadas por qualquer docente, pois são práticas de educação para relações étnico-raciais. Uma prática educativa muito comentada em 2022 foi a música antirracista composta pelo professor Allan de Souza, professor de português e literatura no Espaço de Desenvolvimento Infantil Professor Carlos Falseth, no Jardim América, Rio de Janeiro, seu vídeo cantando com seus alunos viralizou nas redes sociais (Borges, 2017).

O meu cabelo é bem bonito. É black power e bem pretinho. O do João também é bonito, é amarelo e bem lisinho. O da vitória é uma gracinha, cor de chocolate, feito de trancinha. O do Ricardo é muito legal, é bem crespinho e é natural. Muitos formatos, vários cabelos. Não tenha medo, se olhe no espelho. Ele representa a sua identidade. Ninguém vai tirar a minha liberdade (Souza, 2017 apud Borges, 2017).

A liberdade é uma questão primordial, mas pessoas negras são ceifadas a assumirem uma identidade falsa por não terem liberdade de usar o cabelo em sua forma natural. Ao alisarem seus cabelos, os negros aniquilam sua identidade para serem aceitos em uma sociedade que os excluem em determinados grupos escolares e sociais, em uma loja como cliente ou em uma vaga de emprego, uma sociedade que utiliza os padrões eurocêntricos de beleza, que determina que o branco, o cabelo liso e os narizes e lábios finos é que são bonitos. Por consequência, músicas antirracistas, como esta criada por Allan de Souza (que também é cantor e poeta) é uma prática educativa muito útil na educação antirracista que pode ser utilizada por outros docentes, estimulando o respeito às diferenças e fortalecendo a autoestima das crianças negras, para que elas não tenham medo ou vergonha de assumir suas identidades negras.

Segundo Fanon (2008), o homem de cor é exposto ao olhar do branco, repressor, que o diminui com expressões humilhantes como animal, feio e malvado, o que leva o primeiro a ter dificuldades em aceitar seu próprio corpo e a se sentir inferiorizado. O negro sente vergonha e desprezo de si, pois quando é amado, afirmam que o é apesar de sua cor e quando é odiado, comunicam que não é pela cor. Esse ódio e desprezo não são pontuais, não vêm apenas de uma pessoa, um parente ou um vizinho, vêm de uma raça inteira, sendo assim, algo irracional. “Os psicanalistas dizem que não há nada de mais traumatizante para a criança do que o contacto com o racional. Pessoalmente eu diria que, para um homem que só tem como arma a razão, não há

nada de mais neurotizante do que o contato com o irracional” (Fanon, 2008, p. 110).

Dessa forma, ser negro é traumatizante. O negro é odiado desde criança apenas por ter uma cor distinta e para muitos a cor da pele preta remete a coisa suja, pessoa perigosa, alguns podem até admirar o tom de pele, mas isso não é motivo para idolatria. Por outro lado, o negro pode ser amado apesar da sua cor, como se a cor fosse determinante do caráter e por isso já está condenado a ser uma pessoa ruim, feia e malvada, neste caso, é como se abrisse uma exceção para que o negro em questão seja amado.

Com o propósito de corrigir essa estigmatização do negro, França (2022) aplica práticas educativas antirracistas ao elaborar e coordenar o Projeto Alma Africana em uma escola. O projeto interdisciplinar e dialógico envolve professores, alunos e convidados que realizam discussões e debates sobre temas étnico-raciais, com espaço para gentileza e escuta ativa dos atores sociais. Várias atividades são desenvolvidas no período de maio a novembro, como por exemplo, seminário de fundamentação teórica, concurso de poesia falada, intercâmbio cultural, representação teatral, entre outras. Ressaltamos que não são atividades especificamente desenvolvidas para a educação infantil, mas é um modelo original a ser seguido e/ou adaptado tendo em vista que os resultados alcançados com o projeto são extremamente impressionantes, de maneira que estimulou o sentimento de pertencimento étnico-racial nos alunos.

Outra prática educativa antirracista, vista como um procedimento emancipatório para pessoas negras e toda a população em geral, é o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira na medida em que aumenta a consciência crítica sobre a história e a cultura brasileira, viabilizando um caminho de percepções na luta para assegurar condições de acesso e permanência de pessoas negras em todos os espaços escolares e nas posições de poder e de tomadas de decisão, com o intuito de reconhecer as diversidades e evidenciar as diferenças (Ponce; Ferrari, 2022).

Gomes et al. (2016) utilizaram como práticas educativas antirracista, em uma turma de educação infantil, com intervalo de idades entre 5 e 6 anos, narração de histórias, releitura por meio da elaboração de desenhos e diálogo final. O livro utilizado foi “Menina Bonita do Laço de Fita” da escritora Ana Maria Machado. Para a narração de história, as crianças foram dispostas em círculo para que os alunos se sentissem em posição de igualdade e de proximidade com os demais e com as professoras. A curiosidade dos alunos foi estimulada ao apresentar-lhes a história sem contar-lhes o título do livro, com a intenção de que eles escolhessem um título

para mesma. Foi possível perceber variadas reações nos alunos como autorreconhecimento, estranhamento, comparação e estereótipos quanto aos aspectos físicos. Na elaboração dos desenhos sobre a história contada, os alunos demonstraram que se reconheciam nos personagens. No diálogo final, realizado com a finalidade de desenvolver a imaginação e criticidade dos alunos, solicitou-se aos alunos que escolhessem um título para a história e as escolhas foram relacionadas à cor da pele dos personagens principais (Gomes et al., 2016).

Diante disso, observa-se que nem todas as obras escritas que se referem à negritude, na atualidade, estão verdadeiramente problematizando a luta antirracista, há textos que são muito superficiais e falam sobre a existência de um país igualitário, onde todos convivem harmonicamente, ou seja, não aprofundam a temática racial e a convivência com as diferenças. Todavia, evidencia-se a responsabilidade das escritas que reverenciam a afirmação da negritude na literatura, obras que realmente auxiliam na afirmação da identidade e constata-se uma significativa produção dessas obras (Cardoso, 2022).

O autorreconhecimento nas histórias infantis desperta nas crianças a capacidade de se aceitarem enquanto seres diferentes, sejam elas negras ou não-negras, trabalhar com histórias que disseminem a diversidade e estimulem o raciocínio crítico da criança é muito construtivo para o desenvolvimento da sua personalidade. A representação por meio de desenhos é uma arte na qual a criança pode usar sua imaginação e se expressar livremente, pois a criança deve ser estimulada a colocar no papel tudo que entendeu e sentiu pela história. Isso ocorrerá sempre que o professor ou destinatário final do desenho o receba sem críticas absurdas e sem olhar eurocêntrico. E o diálogo final é o momento de conclusão de atividade, na qual crianças expõem suas dúvidas e impressões sobre a história e o docente utiliza sua capacidade técnica e emotiva de acolhimento, de escuta e de reeducação para relações étnico-raciais positivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Nascimento e Pereira (2017), apesar de termos a constatação de que há diversidade cultural no Brasil, ainda estamos longe de solucionar o problema das desigualdades. O racismo é um mal que deve ser eliminado pois prejudica toda a sociedade, porém dificilmente é reconhecido por quem o pratica. As pessoas não se consideram racistas, pois na verdade elas não refletem sobre as ações que praticam, ações que podem estar ofendendo outra pessoa e

geralmente são repetidas cotidianamente. Dessa forma, identificar o racismo na escola implica em tensões e paradoxos já que a escola forma o sujeito e para isso deve manter o cuidado de não o prejudicar, então é necessário problematizar como a educação pode vencer o racismo (Santos; Silva; Gonçalves, 2020).

Este trabalho buscou apresentar algumas práticas educativas aplicadas em escolas com o propósito de formar cidadãos mais conscientes quanto a diversidade étnica. Compreende-se que há inúmeras práticas de ensino antirracistas a serem utilizadas na escola, e, neste trabalho foram apresentadas apenas algumas, percebe-se que a utilização e disseminação dessas práticas educativas antirracistas impulsionam o desenvolvimento de crianças e favorecem que elas se tornem críticas e mais solidárias umas com as outras, compreendendo que o mundo em que vivemos é diverso e todos que nele habitam merecem e devem ser respeitados.

É fundamental ressaltar que quando se fala em ofertar livros sobre história e cultura afrobrasileira, eles não são indicados apenas para que tais crianças se sintam incluídas, mas porque as histórias são relevantes para todas as crianças. Todas as crianças querem pertencer à narrativa, sejam elas negras ou não, imaginar e se enxergar nos seres que compõem as peripécias da escrita desperta a emotividade das crianças. Se nessas narrativas há heróis que fogem de estigmas e de um padrão eurocêntrico, provavelmente, elas estão contribuindo para que a diversidade seja aceitável. Desta forma, a luta contra o racismo deve ser realizada com a união e participação de todos, uma vez que os brasileiros afirmam que não existe racismo no Brasil, mesmo havendo várias referências contrárias (Cardoso, 2022).

Diante disso, entendemos que é importante que sempre perguntemos por que na maioria dos enredos só crianças brancas se enxergam nas narrativas, e as negras quando se enxergam são com os papéis estereotipados? Essas narrativas precisam mudar, precisam acolher e incluir todas as crianças, todas as diferenças precisam ser trabalhadas para que possam ser compreendidas de forma honesta e nesse processo o respeito ao próximo, o diálogo e a solidariedade devem ser difundidos como único caminho para uma sociedade diversamente justa.

Assim, ao valorizarmos a história e a cultura afro-brasileira, propagando-a dentro e fora da escola, em uma perspectiva decolonial para uma educação das relações étnico-raciais, como a valorização da escuta, a visitação de museus, a utilização de músicas antirracistas, dentre outros, estaremos contribuindo para a construção de uma sociedade antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mirianne Santos de. **Entre gritos e silêncios: ecos de uma pedagogia de (re) existência com meninas quilombolas**. 165p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju, 2019.

BORGES, Fernanda. VÍDEO: Professor faz música que ensina crianças a gostarem do próprio cabelo e viraliza na web. *Metroworldnews*. 24 ago. 2022. Social. Disponível em: < <https://www.metroworldnews.com.br/social/2022/08/24/video-professor-faz-musica-que-ensina-criancas-a-gostarem-do-proprio-cabelo-e-viraliza-na-web-veja/> >. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

CARDOSO, Rosane. LITERATURA INFANTIL E JUVENIL NA SALA DE AULA: POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E FORMAÇÃO LEITORA. In: SILVA, Mozart Linhares da, DIAS, Luiza Franco (Orgs.). **21 Textos para discutir racismo em sala de aula**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRACINI, Rosemberg. POSSIBILIDADES DIDÁTICAS ANTIRRACISTAS: O Ensino De Geografia Regional Da África E Educação Para Relações Étnico-raciais. *Kwanissa*, São Luís, v. 4, n. 8, p. 261-279, 2021.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. UMA PRÁXIS PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA: SOB LUZ, O PROJETO ALMA AFRICANA. *Poiésis*, v. 16, n. 29, p. 220-238, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOMES, Gabriela Teixeira et al. ROMPENDO BARREIRAS, CONSTRUINDO CAMINHOS: PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS NO UNIVERSO ESCOLAR. **XVIII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire: “Fronteiras Freireanas: Diálogos e Trajetórias”**, Jaguarão, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf) >. Acesso em: 20 out. 2023.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. Experiências de racismo em

crianças: o que acontece no cotidiano escolar. **Revista Uniabeu**, v. 13, n. 33, p. 24-44, 2020.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do; PEREIRA, Leonardo da Silva. Questões de diversidade sobre o olhar das crianças em uma escola de Ensino Fundamental. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

PONCE, Branca Jurema; FERRARI, Alice Rosa de Sena. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-20, 2022.

SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos; SILVA, Glauber Ranieri Martins da; GONÇALVES, Arlete Marinho. Mapa mental das representações sociais de professores do ensino fundamental sobre a educação étnico-racial. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 66, p. 1311-1331, 2020.

SOUSA, Fauto Ricardo Silva et al. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p.1-16, 2022.

TIBURCIO, Edleide dos Santos. **Racismo e primeira infância**: o cabelo crespo e a construção da autoestima da menina negra. 24p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.